

A CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Jeane Medeiros Silva
Profa. Ms. da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM
jeanegeo@yahoo.com.br

A França é um dos lugares principais onde surgiram rupturas com o Positivismo, na segunda metade do século XX. É possível asseverar esta afirmativa no âmbito da Geografia com o surgimento, dali, de contribuições consistentes para renovar essa ciência. Por outro, tem-se igualmente, na Análise do Discurso francesa, um gesto nesse sentido: trata-se de um campo interdisciplinar, marcado por rupturas, constituído a partir de muitas vertentes da Lingüística, da Filosofia, da História, da Psicanálise etc., centrando-se esse esforço no entendimento do discurso enquanto uma prática linguageira.

Neste artigo, ao se dissertar sobre elementos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, demonstra-se como a análise das bases materiais da língua tem uma perspectiva menos preocupada com os conteúdos (o “o quê”) e mais com o funcionamento da linguagem via correlação da História, da ideologia e dos sentidos como instâncias de produção dos discursos (o “como”).

A esfera da enunciação vincula-se com as formações discursivas e ideológicas dadas. O sujeito discursivo, ao dizer o que diz, e não outra enunciação no lugar desse dito, diz por meio do atravessamento plural de vozes que o integra.

Conforme Foucault (1996, p. 8-9), “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” e, com isso, conjugam-se *poderes* e *perigos*. Nesse fato estão procedimentos para controlar e delimitar o discurso, sendo o principal deles a sua interdição, posto que, dados o tabu do objeto, os rituais de circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo do falar, “[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). O dito, portanto, impregna-se pelo não dito, pelo silenciado, pelo coagido a não ser dito.

Tendo em vista a Análise do Discurso ser, ainda, um campo estranho ao discurso do geógrafo (enquanto análise com procedimentos centrados na materialidade lingüística, o que não significa dizer que o geógrafo, a seu modo, não produza análise de seus discursos), apresenta-se, em seguida, este campo científico e discutem-se alguns aspectos de seus recursos teórico-metodológicos, procurando problematizá-los em relação ao discurso didático, a forma essencial da produção dos livros escolares, elaborando um construto teórico – respaldo da análise que coroa a presente dissertação.

A Lingüística, a Análise do Discurso e as Ciências Humanas: situando os estudos discursivos

O ponto de vista da Análise do Discurso é, notadamente, de interesse à compreensão do processo de como o conhecimento e a sociedade constituem-se por meio da linguagem. A partir da retomada de alguns aspectos históricos e epistemológicos que

edificam a Análise do Discurso de linha francesa, pecheuxtiana, como um campo teórico-metodológico do estudo linguageiro, discute-se a intersecção do discurso, do sujeito e da história na elaboração dos sentidos.

A Análise do Discurso, assim, é uma disciplina com pouco mais de três décadas de formulação, sendo uma subárea da Lingüística. Seu tempo e lugar de efusão se deram em fins da década de 1960, na França, com a passagem de uma lingüística da frase para uma lingüística do discurso. Isto significa dizer que o desenvolvimento moderno dos estudos lingüísticos, prioritariamente, visou à descrição e à análise interior do enunciado, em unidades inferiores à frase (ou seja, do fonema à sintaxe, articulados no espaço da frase). A enunciação, em que os enunciados partilham de um processo que rompe os limites internos da linguagem, apenas na segunda metade do século XX passou a interessar um número mais significativo de lingüistas, criando-se campos para estudá-la, dentre as quais a Análise do Discurso. O deslocamento para o discurso significou um interesse por aspectos até então descentrados do interesse dos lingüistas, a exemplo da conotação, da retórica e da estilística, das estratégias discursivas da argumentação (GREGOLIN, 2003). Significou, sobretudo, uma revisão da oposição dicotômica entre Língua (sistema social da linguagem humana) e Fala (apropriação individual da língua), instituídas pelo suíço Ferdinand de Saussure, o fundador desta Lingüística, por meio de um interposto, o discurso – a ser detalhado adiante. Na Lingüística estrutural, de matriz saussureana, a enunciação podia ser entendida como uma realização livre e independente, empreendida pelo indivíduo falante, o que, ademais, excluía o discurso do campo dos estudos lingüísticos: em um plano de análise fonológica ou morfossintática, estavam exclusas as variáveis sócio-culturais.

A Análise do Discurso, portanto, é a particularização de um modo de significar a linguagem, por meio do objeto que anuncia em seu nome, o discurso, que denota a idéia de movimento, curso, percurso. Através dessa disciplina, conforme Orlandi (2002, p. 15), “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, que propiciaram sua gênese epistemológica, por sua abertura no enfoque investigativo das práticas languageiras, estão nos formalistas russos, nos estruturalistas estadunidenses e em estudos transfrásticos* associados à teoria da comunicação. Os formalistas russos¹ esboçaram uma teoria da enunciação que, todavia, não chegou a se desenvolver na direção sinalizada pela Análise do Discurso por conta do enfoque na imanência dos sentidos. Os estruturalistas estadunidenses², igualmente, indicam uma orientação transfrástica para o estudo da linguagem, mas propondo-a simplesmente como uma extensão da Lingüística ou das preocupações internas dessa ciência, o que exclui a natureza constitutiva do discurso. Quanto aos estudos transfrásticos associados à teoria da comunicação, conduzidos principalmente por Emile Benveniste (1902-1976) e por Roman O. Jakobson (1896-1982), os analistas do discurso criticam a ênfase na exterioridade do domínio lingüístico, isto é, nos processos da comunicação (GREGOLIN, 2004a).

¹ O Formalismo Russo refere-se a uma escola de estudos literários, dissolvida na Rússia na década de 1920. Os formalistas russos atinham-se ao específico e ao inerente da literatura, não lhes importando, por exemplo, aspectos sociais, afirmando-se como uma teoria eminentemente imanentista. Dentre as contribuições importantes que deixaram para os estudos literários, estão a abordagem de uma literalidade, além de esquematizações sobre a narrativa, dentre outras.

² Dentre os estruturalistas estadunidenses, destacam-se Franz Boas (1858-1942), Edward Sapir (1884-1939) e Leonard Bloomfield (1887-1949).

O discurso, emergindo como conceito-chave interdisciplinar no entendimento da linguagem, nos anos 1960, atravessou o corpo epistemológico não só da Lingüística como o de outras ciências sociais: a Pedagogia, a Sociologia, a História, a Antropologia, a Geografia, dentre outras, até porque, indiretamente, muitos dos agentes desses campos leram algumas das principais fontes de formulação da Análise do Discurso, tais como Michel Foucault e Louis Althusser.

Na Lingüística, especificamente, têm-se campos de investigação como a Sociolingüística, a Lingüística Textual, a Pragmática, a Análise da Conversação, que se interessam em romper a análise restrita à frase enquanto unidade máxima de investigação, mas enfatizam uma análise interna, ou seja, apenas dos fatos lingüísticos, desconsiderando as condições constitutivas do texto ou da textualização discursiva. Não houve, pois, uma problematização do discurso em seu contexto sócio-histórico. Para a Análise do Discurso, essa postura resulta em análises frágeis e incompletas.

Quanto à análise discursiva das ciências humanas, em vista dos objetivos singulares destas, pesquisou-se, de fato, o discurso em termos do conteúdo, destituindo-o de uma análise lingüística (estrutura sintática, léxico, percursos semânticos), o que descaracteriza uma análise propriamente do discurso: “o problema desses estudos é a opção pela abordagem temática, negligenciando-se aspectos lingüísticos” (GREGOLIM, 2003, p. 22).

Este foi, portanto, o contexto amplo que anunciou a constituição do campo teórico-metodológico da Análise do Discurso.

A articulação da vertente francesa desta disciplina teve uma dupla fundação: as obras de Jean Dubois e Michel Pêcheux, ligados os dois à Lingüística, ao marxismo e à análise política, quando publicaram seus textos fundadores, o artigo “Lexicologia e análise do enunciado” e o livro “Análise automática do discurso”, respectivamente, em fins dos anos 1960 (GREGOLIN, 2003). Em certa medida, a diferença entre ambos é sutil, mas será significativa no transcorrer do desenvolvimento dos estudos do discurso: Dubois creditou a Análise do Discurso como uma extensão da Lingüística, via articulação de um modelo sociológico e de uma análise Lingüística da enunciação, ao passo que Pêcheux evidenciou a criação de uma nova área teórica por meio da proposição de dispositivos de análise para um novo objeto, o discurso (que difere do dado empírico – o texto, o enunciado –, isto é, da unidade de análise). Pêcheux relaciona, em síntese, o dado lingüístico e o contexto na confluência da língua, do sujeito e da História. Consolida, assim, um marco relevante para a Análise do Discurso. A partir da obra de Pêcheux (1997, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2002, dentre outras), o que se denomina Análise do Discurso de linha francesa ou “derivada de Pêcheux” tem sido intensamente discutida e reconstituída, perfazendo-se diversas épocas e tendências em Análise do Discurso, filiando-se ao que Gregolin (2003, p. 25) denominou “quatro pilares” autorais, a saber: Louis Althusser (1918-1990), Michel Foucault (1926-1984), Mikhail Bakhtin (1895-1975) e Jacques Lacan (1901-1981). Observa-se, assim, que as filiações teóricas da Análise do Discurso são a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2002).

O pensamento de Althusser é uma releitura de Marx, colocando uma crítica à concepção marxista de ideologia enquanto “falsa consciência”, propondo, então, a ideologia como a forma com a qual o ser humano se relaciona com as condições materiais de sua existência, o que significa dizer que o filósofo fez uma ruptura – a de não estudar a ideologia como idéias, antes como práticas sociais condizentes às relações de produção. Fundamentado, portanto, no materialismo histórico, Althusser considerava a influência da

infra-estrutura do modo capitalista de produção sobre a superestrutura, isto é, as produções político-ideológicas da sociedade. A ideologia althusseriana não é arbitrária; ao contrário, é orgânica e necessária historicamente, tendo uma função específica em dada formação social: ocultar e deslocar as contradições sociais. Os sujeitos seriam inconscientes do que a ideologia determina e da posição que, por meio dela, ocupam em uma formação discursiva. Para Althusser, as ideologias existem materialmente em instituições sociais denominadas “aparelhos ideológicos de estado”. De acordo com Mussalim (2001, p. 104),

A Lingüística, então, aparece como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca para Althusser como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia.

Destarte, o pensamento althusseriano contribui para a Análise do Discurso na elaboração do conceito de formação ideológica, a partir do qual Pêcheux desenvolveu a noção de “condições de produção do discurso”, que considera a relação da língua com a ideologia e o posicionamento do sujeito que, por sinal, difere de indivíduo por estar em uma relação de assujeitamento e de pertencimento a uma memória discursiva. Sobre as condições de produção, Pêcheux (2001c, p. 78 – itálicos do autor) coloca a seguinte definição:

[...] enunciaremos, a título de proposição geral, que os *fenômenos lingüísticos superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso.

Vale ressaltar que, posteriormente, muitas posturas althusserianas foram criticadas e reformuladas, não só pela Análise do Discurso, mas igualmente por outras ciências sociais, principalmente a interpelação pelo assujeitamento (da qual não haveria escape) que desconsidera a interpelação pelo inconsciente e a resistência do sujeito como aspectos na formação de sua identidade.

A subvenção do pensamento de Michel Foucault é também fundamental, principalmente, de início, com as obras “Arqueologia do saber”, de 1969, e “A ordem do discurso”, de 1970. Os pontos fundamentais da contribuição foucaultiana perfazem o enquadramento do discurso como uma prática filiada à formação dos saberes articulada a práticas não discursivas. Foucault define formação discursiva como fazeres e dizeres regidos por regularidades. Diferencia enunciação (processo) de enunciado (produto – pelo menos aparentemente) e relaciona saber e poder como aspectos constitutivos do discurso. A esse respeito, Foucault afirma que a produção do saber é controlada, selecionada, organizada e distribuída de forma que o poder gerado não seja ameaçado.

Outra contribuição relevante é a de Mikhail Bakhtin, mediante sua abordagem da língua em uma posição que difere de uma Lingüística imanente* (aquela cujo sentido é intrafrasal* e instituído por unidades de análise inferior à frase), pois inclui, em sua filosofia da linguagem, a História e o sujeito. São interessantes à Análise do Discurso os conceitos bakhtinianos de gênero, vozes e, sobretudo, polifonia*. Já o signo*, para Bakhtin, é mais que a dicotômica relação saussureana de significado*/significante*³, porquanto se lhe apresenta como uma arena onde as classes sociais lutam. Por meio do estudo da obra bakhtiniana, J. Authier-Revuz elaborou o conceito de heterogeneidade discursiva, explicada adiante.

³ No sentido lingüístico.

O último autor cuja obra foi fundadora, via Pêcheux, da Análise do Discurso, é Jacques Lacan, que ressignificou o pensamento de Sigmund Freud (1856-1939). Supondo o sujeito clivado em consciente e inconsciente, Lacan vincula a Psicanálise e a Lingüística, principalmente por meio de Saussure e Jakobson, ao evidenciar que o inconsciente estrutura-se em linguagem na forma de uma cadeia de significantes*⁴, clivando, por sua vez, o discurso pelo atravessamento do discurso do Outro. Os objetivos linguageiros de Lacan, evidentemente, não eram os da Lingüística, mas se adequam a uma compreensão da linguagem. Ser o “[...] inconsciente estruturado como uma linguagem”, tornou-se um dos princípios fundamentais da Psicanálise lacaniana (NASIO, 1993, p. 11). Esta contribuição se assenta, precipuamente, no debate que se realiza em torno dos conceitos de formação imaginária, a noção do simbólico e do inconsciente na constituição do sujeito.

No Brasil, há várias tendências de Análise do Discurso, a exemplo da Análise da Conversação, da Análise de Discurso Crítica, de vertente anglo-saxã – balizada pelas contribuições do britânico Norman Fairclough – e que tem na UnB um centro de estudo e difusão. No entanto, a Análise do Discurso mais difundida no território brasileiro é a de linha francesa, filiada a Pêcheux, e que, inclusive, foi a primeira a ser introduzida aqui, em fins da década de 1970, por Eni Puccinelli Orlandi, uma das mais sólidas referências brasileiras da Análise do Discurso, responsável pela formação de analistas do discurso e pela tradução e divulgação da obra de Michel Pêcheux em língua portuguesa (GREGOLIN, 2003).

O discurso como unidade de análise: contribuições teóricas da Análise do Discurso

Sobre o discurso, primeiramente, deve-se fazer distinção entre seu sentido popular e a designação científica que a Análise do Discurso lhe atribui. De acordo com Fernandes (2005, p. 19-20),

Discurso, como uma palavra corrente no cotidiano da língua portuguesa, é constantemente utilizada para efetuar referência a pronunciamentos políticos, a um texto construído a partir de recursos estilísticos mais rebuscados, a um pronunciamento marcado por eloqüência, a uma frase proferida de forma primorosa, à retórica, e muitas outras situações de uso da língua em diferentes contextos sociais.

Mesmo no meio acadêmico, o discurso às vezes é entendido como uma teorização vazia de significados reais e empíricos, no qual a atividade intelectual isola-se.

No campo teórico-metodológico em questão, contudo, o discurso nomeia outro fenômeno, mais complexo e exterior à linguagem, embora esta seja sua unidade de análise, isto é, o discurso manifesta-se materialmente por meio da língua: “Com isso, dizemos que o discurso implica em uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística” (FERNANDES, 2005, p. 20). O ato de enunciar, nesses termos, é revelador das condições históricas, registrando o lugar sócio-ideológico no qual o sujeito se posiciona. Portanto, o discurso revela uma nova concepção sobre o sujeito ao fazer constar que as condições de produção do ato enunciativo referem-se às “[...] formações imaginárias: a imagem que o locutor tem de seu lugar, do outro e do referente do

⁴ No sentido psicanalítico.

discurso; a imagem que o ouvinte tem de seu lugar, do locutor e etc.” (ORLANDI, 1986, p. 113).

Daí a distância entre o sentido corrente e o sentido científico da Análise do Discurso para seu objeto, reafirmando-se, ainda, que discurso difere de texto, embora tenha uma relação significativa com este. Sendo mais que um texto, o discurso é uma pluralidade de estruturas transfrásticas permeada pelas condições de produção, um conjunto de enunciados histórica e ideologicamente marcados. Resulta de uma construção, mas não é evidente, não deixa transparecer facilmente seus processos e sentidos. Reconhece-se, então, o lugar do discurso entre a fala e a língua: “A relação entre língua e fala dá lugar a uma outra, também polêmica, entre língua e discurso. [...] Esse seu lugar é o do modo de existência histórico-social da linguagem” (ORLANDI, 1986, p. 114).

A Análise do Discurso, ao negar que o sentido é transparente, nega ainda sua representação pelo significante, sua naturalidade ou a-historicidade. Com isso, nega-se o sentido como mensagem (de acordo com a proposta de Roman Jakobson⁵ para esta), na qual o enunciado assume uma impar estabilidade denotativa e sincrônica. Mas essa negação, por sua vez, tampouco é radical:

[...] nem por isso se pode afirmar que simplesmente não há relação alguma entre material verbal e sentido, sendo então a tarefa de produzir sentido atribuída exclusivamente ao contexto ou ao leitor, em diferentes versões pragmáticas, ou à história e às instituições, em diferentes versões discursivas (POSSENTI, 2002, p. 168).

O objetivo da Análise do Discurso é encontrar o ponto em que a inscrição ideológica revele os efeitos de sentidos, ou seja, transponha os limites da literalidade lingüística e encontre as condições sócio-históricas de produção do que se enuncia.

Os elementos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua são as bases materiais do discurso, pois “o discursivo pressupõe o lingüístico”. Contudo, só criticamente a Análise do Discurso se apropria da Lingüística, principalmente desestabilizando o aspecto de subjetividade elencado pelas teorias da enunciação, isto é, o sujeito falante, pleno de sentidos imanentes, posto que, para a Análise do Discurso, a linguagem humana nem é abstrata, nem individual. O sujeito da enunciação discursiva é descentrado quando posto em funcionamento nos enunciados. Esta passagem transpõe o sentido – a descrição registrada em dicionário – para o efeito de sentido, compreendido como as variáveis ilimitadas de valores inscritos nas instâncias de enunciação, e que redimensionam a compreensão dos interlocutores:

Quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam (FERNANDES, 2005, p. 22-23).

A Análise do Discurso apreende, portanto, o aspecto pragmático da linguagem e sublinha, nesse processo, o social e o histórico. De fato, a enunciação discursiva é

⁵ R. Jakobson, partindo da teoria da comunicação e da Lingüística, em um contexto pragmático, estudou a decodificação em termos do sentido por meio de um esquema comunicacional em que a mensagem é intermediária entre emissor e receptor, entre codificação e decodificação, e ambiente da substância (informação, interrogação, ordem), processando-se o ato sêmico pela transmissão (DUBOIS et al., 1995).

dialógica, feita do embate de relações constituintes, a partir do lugar ocupado pelo sujeito, de modo que

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado [...] (PÊCHEUX, 2001c, p. 77 – itálico do autor).

Daí a necessidade de buscar o contexto ideológico. Orlandi (1986, p. 115), a esse respeito diz: “[...] o discurso é o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação”. Em outro momento, a autora lembra que, em sua etimologia, discurso “[...] tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2002, p. 15). Este movimento, mais que a produção de sentidos, produz efeitos de sentido, conforme se referiu acima.

O discurso, por tais evidências, é marcado pela contradição, pela fragmentação e pela heterogeneidade, uma vez que totaliza uma dispersão de textos (superfícies lingüísticas), mas cuja inscrição histórica define a regularidade enunciativa, uma vez que é na relação do discurso com as condições históricas que o sentido se revela.

Na construção do sentido, na perspectiva aqui arrolada, há, igualmente, o lugar da ideologia com instauradora da significação.

Conforme assinalado anteriormente, a concepção de ideologia pecheuxiana parte de um consenso dos anos 1960 e 1970 no qual esse conceito definia-se como uma forma de interpretação da realidade social, e que teve como um de seus momentos importantes o pensamento de Althusser, crítico da posição marxista sobre a ideologia, a qual é, a seu ver,

[...] para Marx, um bricolage imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. É neste sentido que, na *Ideologia alemã*, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos etc... (ALTHUSSER, 1983, p. 83).

Althusser critica, por conseguinte, o sentido de “sonho fabricado” a partir da separação do indivíduo de suas condições objetivas de existência e da divisão do trabalho a que é submetido, em que a ideologia é correspondente à alienação. Para Althusser, a ideologia tem uma história própria, que permite a existência de uma estrutura e de um funcionamento social, os “aparelhos ideológicos de estado”. Distante da noção alienante, a ideologia althusseriana firmaria a relação imaginária sobressalente entre os sujeitos e as condições materiais da existência. Dada a ligação da ideologia com o inconsciente (em uma aproximação com a Psicanálise), há uma interpelação do indivíduo em sujeito por meio desse imaginário, contrário ao sonho alienante de Marx e que, como tal, integra as práticas desse sujeito, uma vez que a ideologia existe materialmente.

A partir de meados dos anos 1970, as contribuições de Althusser foram revistas pelos analistas do discurso quanto à estrutura rígida de sua posição; colocou-se que a interpelação do sujeito pode deslocar-se face à resistência deste à ideologia e à identidade por ela proposta. Sua obra, nesses termos, contribuiu como base para reformular alguns aspectos teóricos da Análise do Discurso. Sobre o posicionamento de Pêcheux na perspectiva althusseriana, vale lembrar que os corpora iniciais da Análise do Discurso francesa eram tratados como discursos fechados, internamente dogmáticos (como o

discurso político ou o religioso) e que apenas a partir dos anos 1980 ocorre uma abertura maior quando se englobam discursos midiáticos, literários, escolares e assim por diante, embora se deva frisar que o deslocamento não foi apenas tipológico, mas no conjunto teórico-metodológico como um todo, o que explica, ademais, a abertura referente à tipologia dos corpora.

No entanto, é neste contexto que Pêcheux, igualmente, considera o erro de centrar a ideologia nas idéias e no consciente do sujeito,

Dupla face de um mesmo erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *idéias*, e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade *elas constituem os indivíduos em sujeitos* (PÊCHEUX, 1997, p. 129 – itálicos do autor).

Transladando a ideologia para as condições materiais da vida social, bem como, por outro lado, para o inconsciente, Pêcheux reconhece a inerência entre ideologia e linguagem, e a circunscrição destas às *condições de produção do discurso* e conclui:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997, p. 129 – itálicos do autor).

O sentido, portanto, em face de uma formação ideológica, desloca-se do lugar da imanência, do ambiente da(s) sua(s) literalidade(s) singular(es) em direção ao efeito de sentido, posto que este é orientado pela posição do sujeito:

[...] se uma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se referirem a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, p. 161).

Do exposto acima, conclui-se que discurso pressupõe o sujeito e que este pressupõe a ideologia: dadas as condições históricas da produção discursiva e de sua enunciação, tem-se, mais que sentidos, efeitos de sentidos.

Considerações Finais

O Ensino de Geografia, evidentemente, não pode abdicar de seu papel na formação de um dispositivo de interpretação do mundo, sendo sua especificidade as relações sócio-naturais. No processo de construção desse dispositivo, o professor trabalha com a linguagem, em seu aspecto amplo, e, por meio dela mesma, constrói uma linguagem específica, uma linguagem geográfica que o aluno levará, com maior ou menor intensidade, para suas práticas de vida.

A Análise do Discurso possibilita o professor de Geografia se fundamentar teórico e metodologicamente por meio de recursos conceituais como discurso, sentido, memória discursiva, sujeito, ideologia, enunciado, entre outros, por meio do qual pode fazer exercícios interpretativos de figuras, imagens, falas, textos.

Mas o que é discurso? O que é sentido? O que é memória discursiva? O que é sujeito? O que é ideologia? O que é enunciado? Sobretudo, para que estes conceitos

operacionais servem? Como eles podem potencializar o ensino dos conhecimentos e da reflexão geográfica?

Estas interrogações apontam uma prática docente atenta para as potencialidades que a Linguística pode contribuir para o ensino de Geografia: reconstruir idéias, reavaliar experiências, analisar textos (escritos ou gráficos), produzir textos.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**. Um estudo enunciativo do sentido. Tradução de Alda Scher e Elsa Nietsche Ortiz. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. 555 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 239 p. (Coleção Campo Teórico).

GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência**. Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: EDUSP, 2001. 374 p. (Coleção Clássicos; 22).

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral. **Teorias lingüísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral (Org.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004b. p. 19-42.

MOIRAND, Sophie. Didaticidade. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução de Roberto Leiser Baronas. São Paulo: Contexto, 2004. p. 165-167.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. 100 p.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. **Origens e consolidação didática na geografia escolar brasileira**. 1989. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002. p. 91-103, 167-186.

RUA, João. **Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático**. 1992. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTOS, João Bôsko Cabral. Uma reflexão metodológica sobre Análise de Discursos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral (Org.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

SILVA, Jeane Medeiros. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da Análise do Discurso**. 2006. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SOUZA, Deusa Maria de. Autoridade, autoria e livro didático. In: CORACINI, Maria José R. F. (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999. p. 27-31.

VESENTINI, José William. A questão do livro didático no ensino da Geografia. In: _____ (Org.). **Geografia e ensino**. Textos críticos. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. p. 161-179.

VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. Silêncio, livro didático e concepções de linguagem. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral (Org.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 169-182.

ZARUR, Jorge. A Geografia no curso secundário. **Revista Brasileira de Geografia**, São Paulo, ano III, n. 2, p. 227-268, abr.-jun. 1941.